

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: 68

Data: 22 de janeiro de 1982

Pg.: _____

FSP 22-01-82
Figueiredo recebe os empresários da Jari

BRASÍLIA — Hoje, o presidente João Batista Figueiredo recebe cinquenta pessoas, entre ministros e empresários, para consolidar a compra de parte do projeto Jari. Da lista, distribuída na última sexta-feira pelo Palácio do Planalto, só ficou faltando mesmo o chanceler Saraiva Guerreiro. Se ele constasse da lista, não seria de estranhar. Afinal, governo e empresários têm repetido insistentemente que a não desativação do projeto representa não só a solução de "um problema social", mas evita um problema diplomático com a Suíça, herdeira de mais de 50% da fortuna do solitário ancião Daniel Ludwig.

Faltará também o empresário Antonio Ermirio de Moraes, um dos convidados para o "pool". Ele foi o único que teve coragem e, parece, cacife para apontar o calote que o milionário norte-americano deu no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). "Se fosse um empresário brasileiro — disse — seria crucificado." Como um dos proprietários do maior conglomerado industrial do País, ele fala com alguma experiência.

Estará presente ao ato o ministro Delfim Neto, do Planejamento, um dos articuladores da negociação, que dará resultados geograficamente próximos ao Jari. O projeto Carajás, que, com a demonstração de que o governo brasileiro banca grandes jogos, ganhará maior confiabilidade do empresariado internacional. Mas a maior estrela será mesmo o empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, presidente do grupo Caemi, que esgotará o manganês do Amapá — com a Icomi — antes de entregar a concessão ao governo.

Ele tem mais em comum com o presidente Figueiredo do que se divulga. Foi comandado pelo pai do presidente, Euclides Figueiredo, e companheiro de Guilherme Figueiredo na luta constitucionalista de 32, na cidade de Cruzeiro, no Vale do Paraíba. É mais que amigo do multimilionário Ludwig, a quem trata por Daniel. Conhece o presidente Ronald Reagan há muito tempo. Foi apresentado a ele por Ludwig (que banca as campanhas de Reagan) quando este era ainda governador da Califórnia.

Antunes tem declarações um tanto liberais em se tratando de política. Reconhece dois líderes políticos em São Paulo: Um emergente, Luis Ignácio da Silva, Lula, e outro de antigas raízes, Ulisses Guimarães. E não teme um governo de oposição em São Paulo, por onde estende os braços de seus investimentos. Além de extrair manganês com a Icomi, ele produz açós finos com a Companhia Copas, alimentos com a Swift-Armour.

E pessoa metódica. Nas suas visitas semanais ao Palácio do Planalto durante estas negociações, quando teve de esquentar cadeira na ante-sala do ministro Leitão de Abreu, do gabinete Civil, raramente se hospedou em Brasília. Tinha sempre jantar marcado em sua residência, no Rio de Janeiro e um quase compromisso: a novela "Brilhante", que acompanha capítulo por capítulo, apesar de se mostrar crítico em relação à televisão.

Declara amor por São Paulo, mas mora no Rio de Janeiro para ficar mais perto dos seis netos. A ponte aérea que fez entre Rio e Brasília nos últimos dias dará, como ele acredita, seu principal fruto hoje, quando o presidente Figueiredo deverá enviar decreto ao Congresso resolvendo o litígio de terras do Jari. O projeto já tem legalizado grande parte de sua área, mas Ludwig ameaçou desativar o empreendimento se não fossem incluídos outros 600 milhões de hectares, contestados pelo governo do Pará.

Sua intimidade com uma das maiores fortunas do mundo pode ser avaliada por uma declaração como esta, feita em conversa informal no Palácio do Planalto: "O Daniel está com 85 anos, mas é forte para viver uns dez anos mais. Atualmente está morando em Nova Iorque e não tem parentes. Foi filho único. Só tem a mulher e com esta idade não terá mesmo descendentes. Nunca estudou, mas o considero um intelectual. Sua herança irá toda ela para a pesquisa contra o câncer. Seu Instituto vai abrir uma filial em São Paulo, proximamente. Nós o conhecemos há muito tempo. Sua fortuna começou com um navio de cargas e, depois da 2.ª Guerra Mundial, foi ajudado pelo general Mac Arthur, que lhe concedeu a exploração dos estaleiros tomados dos japoneses."

Pode falar ainda do segredo da administração de tamanha fortuna, enquanto tira longas bafaradas de seu charuto, "uma cachaca" que não consegue largar. "É simples — conta ele — as grandes empresas aposentam seus melhores especialistas quando atingem a idade próxima aos 65 anos. Eu os emprego. Emprego experiência."

Ludwig tem negócios "silenciosos", como diz Azevedo Antunes, dos quais pouco se fala. Sua atuação pelo reflorestamento econômico vai muito além de introduzir a gmelina no Brasil. Numa área de apenas 350 hectares, em Minas, ele está se preparando para produzir sementes de pinus, através da seleção de espécies, o que lhe dará condições de se associar a qualquer plantio desta espécie de árvores que se pretenda no Brasil.

Deputado critica solução

BRASÍLIA — "Decidir o impasse enquanto está com vida o sr. Daniel Ludwig é o que a unanimidade da nação deseja que o governo brasileiro faça", reclamou o deputado Hélio Duque (PMDB-PR), um dos primeiros críticos do acordo de transferência do projeto Jari para empresários brasileiros.

Observou que o empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes está associado aos interesses de Ludwig, não apenas no Jari mas "em alguns empreendimentos na economia brasileira", recordando que se trata do presidente da Icomi, "testa-de-ferro dos norte-americanos para liquidação e entrega das reservas de manganês no território do Amapá, desde 1946".

O opositorista paranaense assinalou que "as confabulações realizadas entre Antunes e Ludwig visam a evitar as metas determinadas por estudo do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (Geba), ligado ao Conselho de Segurança Nacional, que defendem e guarnecem os interesses verdadeiramente nacionais".

"O que se tem agora — prosseguiu — é buscar um caminho que, à luz dos interesses nacionais e dentro dos fundamentos da legalidade jurídica, esse valioso patrimônio nacional seja defendido. Trata-se de uma questão muito séria e que envolve um só tipo de compromisso: não deixar que o saque e a exploração das riquezas nacionais, patrimônio do nosso povo, sejam colocados para enriquecimento de outros povos enquanto deixa o rastro de miséria, perversidade e desolação para a nossa gente."

Hélio Duque está disposto a dar início em março à coleta de assinaturas para formação de uma CPI destinada a apurar tudo a respeito do Jari e questionar o processo de transferência do projeto para mãos brasileiras.

Sustenta ainda que, até agora, o melhor trabalho sobre a situação do Jari foi realizado pelo Gebam resultando dele "a constatação da veracidade de todas as denúncias alertando o governo para o perigo de ter aquele território transformado em enclave internacional".